



**GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

INDICAÇÃO Nº _____, DE 2024

(Do Sr. Nikolas Ferreira)

Sugere ao Ministro da Educação e ao presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira que passem a realizar o Saeb segundo ano de forma censitária e anualmente, incluindo testes de fluência em leitura oral.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e no estrito exercício da missão constitucionalmente confiada aos membros desta casa legislativa por força do art. 49, X da Constituição Federal, sugiro que o Saeb passe a ser aplicado de forma censitária e anual para os estudantes do segundo ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras. Para maximizar a utilidade do instrumento, essa aplicação deve contemplar avaliação da fluência em leitura oral.

O Saeb é uma ferramenta fundamental para aferir a efetividade das políticas públicas educacionais. Sua boa execução alinha-se ao princípio constitucional da eficiência na administração pública na medida em que só se pode avaliar o que se mede e que é só a partir da avaliação que se pode buscar melhorias. Ao fornecer uma análise abrangente e precisa do desempenho educacional, o Saeb permite uma compreensão clara dos resultados e desafios enfrentados, contribuindo para a formulação de estratégias mais eficazes e direcionadas.

O ciclo de alfabetização possui importância central na vida escolar das crianças porque é somente a partir do bom aprendizado dessas habilidades que a aquisição das demais torna-se possível. Portanto, o investimento público deve-se dar precipuamente nos primeiros anos, sob pena de irreversibilidade de possíveis ações. É nesse sentido que se sugere que o Saeb do segundo ano, período em que as habilidades de

Apresentação: 07/11/2024 17:45:58.403 - CE

REQ n.227/2024





**GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

alfabetização e matemática básica devem estar consolidadas, seja amplificado para que permita a avaliação de todas as crianças das escolas públicas do país. Para tanto, a sugestão é que, para essa faixa, a avaliação passe a ser anual e censitária. Para aprimorar ainda mais a eficácia da iniciativa, é importante que, nessa fase, inclua-se também testes de fluência em leitura oral, habilidade mais fortemente correlacionada com compreensão leitora.

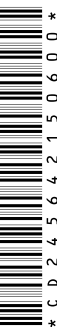
JUSTIFICAÇÃO

A presente indicação visa aperfeiçoar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) para o segundo ano do ensino fundamental das escolas públicas, ao transformá-lo em um instrumento censitário e anual. Esta proposta se fundamenta na necessidade de aprimorar a prática da avaliação educacional, de modo a produzir dados que sejam não apenas representativos, mas também abrangentes e atualizados, garantindo, assim, a eficácia das políticas públicas educacionais.

Atualmente o Saeb fornece dados de amostragem bienal, o que limita a capacidade de reação tempestiva às necessidades educacionais identificadas. Muitos municípios não têm a capacidade de elaborar avaliações próprias e, nesse caso, um modelo censitário e anual permitirá a cobertura dos alunos dessas redes, que hoje são desassistidos.

A iniciativa coaduna-se com o princípio constitucional da eficiência na administração pública. Este princípio norteia a gestão pública no sentido de otimizar recursos e maximizar resultados, e somente por meio de avaliações consistentes e abrangentes é possível identificar falhas e implementar melhorias significativas.

O foco no segundo ano do ensino fundamental é estratégico, pois este período é crucial para a consolidação das habilidades de alfabetização e matemática básica. Estes são os pilares do aprendizado subsequente; sem uma base sólida, o desenvolvimento educacional das crianças fica comprometido. Portanto, é imperativo que o investimento público se concentre nesses primeiros anos, tratando-os como uma





**GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

janela de oportunidade que, se não bem aproveitada, pode resultar em dificuldades irreversíveis em anos posteriores. Deixar justamente esse ciclo com uma avaliação menos intensiva é uma grave falha no desenho da política pública, eis que deve-se primeiro garantir a solidez da base para depois construir sobre ela.

Por fim, é importante que se inclua a avaliação da fluência em leitura oral porque por meio dela a compreensão sobre a capacidade leitora dos estudantes será ampliada, já que a fluência é uma habilidade fortemente correlacionada com a compreensão de textos e, por conseguinte, o sucesso acadêmico geral.

A iniciativa aqui sugerida permitirá que o Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) monitorem com maior precisão o progresso escolar, e também sejam capaz de adaptar e sugerir adaptações nas políticas e práticas educacionais conforme necessário. A cada ano, será possível redirecionar esforços e recursos de maneira mais eficaz, assegurando que todas as crianças tenham a oportunidade de alcançar seu potencial educacional pleno e, assim, promover uma educação pública que seja verdadeiramente de qualidade e equitativa.

Em suma, ao tornar o Saeb uma avaliação anual e censitária no segundo ano do ensino fundamental, estamos dando um passo decisivo para garantir uma educação básica sólida e inclusiva, que é fundamental para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Sala das Comissões, 07 de novembro de 2024.

Deputado **NIKOLAS FERREIRA**

PL/MG

